



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

Palácio Legislativo Matheus Cunha Fundão

PROJETO DE LEI Nº 020/2025

PODER LEGISLATIVO

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA PRÁTICA DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS DOMÉSTICOS E/OU DOMESTICADOS, SILVESTRES, NATIVOS OU EXÓTICOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS, E ADÉQUA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL À LEI FEDERAL Nº 9.605/98, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Vereador Wan Borges, no uso de suas prerrogativas, tendo em vista o que dispõe o inciso I, do § 1º do Artigo 120 da Resolução nº 002/2021 – Regimento Interno da Câmara Municipal de São Mateus/ES, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito sanciona a seguinte:

LEI:

Art. 1º Fica proibida, no âmbito do Município de São Mateus, a prática de maus-tratos em animais domésticos e ou domesticados, silvestres, nativos ou exóticos, em consonância com a Lei Federal nº 9.605/1998 e com a alteração promovida pela Lei Federal nº 14.064/2020.

Art. 2º Define-se como maus-tratos qualquer ação ou omissão que cause sofrimento físico, medo, estresse, angústia, patologias ou morte.

§ 1º Entende-se por ações diretas aquelas que, volitiva e conscientemente, provoquem os estados descritos no caput, tais como:

Continua...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

Palácio Legislativo Matheus Cunha Fundão

Continuação do Projeto de Lei nº 020/2025

I - Golpear, ferir ou mutilar, voluntariamente, qualquer órgão ou tecido animal, exceto a castração ou operações realizadas em benefício da saúde e bem-estar do animal;

II - Cirurgias estéticas que submetam os animais domésticos a crueldade, realizadas para satisfazer padrões de raça e sentimentos pessoais;

III - Praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;

IV - Obrigar animais a trabalhos excessivos ou superiores as suas forças e a todo ato que resulte em sofrimento para o animal;

V - Abandonar animal sadio, doente, ferido, extenuado ou mutilado, bem como deixar de lhe ministrar tudo o que humanitariamente se lhe possa prover, inclusive assistência veterinária;

VI - Abater para o consumo ou fazer trabalhar animais em período adiantado de gestação;

VII - Utilizar, em serviço, animal cego, ferido, enfermo, extenuado ou desferrado;

VIII - Prender animais atrás dos veículos ou atados a caudas de outros, ou promover qualquer tipo de transporte que resulte em sofrimento para o animal;

IX - Manter animal preso juntamente com outros que os aterrorizem ou molestem;

X - Utilizar equinos ou muares de sela em longas caminhadas sem estarem devidamente preparados, sendo submetidos a esforços excessivos superiores as suas condições físicas através de castigos que podem levar a exaustão e morte;

Continua...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

Palácio Legislativo Matheus Cunha Fundão

Continuação do Projeto de Lei nº 020/2025

XI - Submeter, através ou não de castigos físicos, equinos ou muares de tração (charretes ou similares) a esforços excessivos em locais de aclave acentuado com excesso de peso nas charretes ou similares;

XII - Utilizar animais desferrados em longas caminhadas em piso de asfalto ou pedra;

XIII - Privar o animal de água, alimentação e cuidados necessários ao seu bem-estar;

XIV - Manter o animal em confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado.

§ 2º Para efeitos do inciso XIV do § 1º do Art. 2º desta Lei, entende-se como confinamento, acorrentamento ou alojamento inadequado, qualquer meio de restrição a liberdade de locomoção dos animais.

§ 3º A restrição a liberdade de locomoção ocorre por qualquer meio de aprisionamento permanente ou rotineiro do animal a um objeto estacionário por períodos contínuos.

§ 4º Nos casos de impossibilidade temporária por falta de outro meio de contenção, o animal será preso a uma corrente do tipo "vaivém", que proporcione espaço suficiente para se movimentar, de acordo com as suas necessidades.

§ 5º A liberdade de locomoção do animal deve ser oferecida de modo a não causar quaisquer ferimentos, dores ou angustias.

§ 6º É proibido o confinamento de animal em alojamentos ou locais que não respeitem as condições adequadas ao bem-estar do animal, observando-se:

I - Dimensões apropriadas a espécie, necessidade e tamanho do animal;

Continua...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

Palácio Legislativo Matheus Cunha Fundão

Continuação do Projeto de Lei nº 020/2025

II - Espaço suficiente para ampla movimentação;

III - Incidência de sol, luz, sombra e ventilação;

IV - Fornecimento de alimento e água limpa, além de contínuo atendimento das suas necessidades, incluindo atendimento veterinário;

V - Asseio e conservação de higiene do alojamento e do próprio animal;

§ 7º Fica vedado o uso de cadeado para fechamento da coleira.

Art. 3º A fiscalização para o cumprimento da presente Lei se dará na forma das normas municipais e de conformidade com a Lei Estadual nº 10.967/2019.

Parágrafo único. Todo animal vítima de maus-tratos, deverá ser entregue a instituição criada e registrada pra esse fim, que se incumbirá de seguir com o tratamento do animal, que será custeado pelo infrator, conforme inciso III do Artigo 4º desta Lei.

Art. 4º O infrator constante em dispostos desta Lei, está sujeito as penalidades administrativas, sem prejuízo as penas e sanções previstas na Legislação Federal.

I - Advertência por escrito;

II - Multa administrativa de até 01 (um) salário mínimo por animal;

Continua...



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

Palácio Legislativo Matheus Cunha Fundão

Continuação do Projeto de Lei nº 020/2025

III - Compreende-se por tratamento, toda medicação, internação, consultas e possíveis cirurgias feitas no animal, oriundas da agressão e/ou maus-tratos;

IV - Apreensão do(s) animal(is);

V - suspensão de alvarás ou licenças de funcionamento, no caso de estabelecimento comercial.

Parágrafo único. A multa administrativa poderá ser convertida, total ou parcialmente, em prestação de serviços a causa animal ou doação de alimentos e medicamentos para entidades de proteção animal legalmente constituídas no município.

Art. 5º Para efeito de pagamento de multas, os casos e valores deverão ser observados os dispostos na Lei Estadual nº 10.967/2019.

Art. 6º Os animais vítimas de maus-tratos serão entregues a instituição de Proteção Animal, devidamente registrada para esse fim.

§ 1º Em nenhuma hipótese o animal que sofrer maus-tratos retornará ao proprietário/infrator.

§ 2º Caberá a instituição descrita no Parágrafo Único do Artigo 3º desta Lei, após tratamento do animal vítima de maus-tratos, destiná-lo para adoção responsável.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Legislativo Matheus Cunha Fundão, aos dezesseis (16) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte cinco (2025).


WAN BORGES
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS
Estado do Espírito Santo

Palácio Legislativo Matheus Cunha Fundão

MENSAGEM E JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 020/2025

Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras, é com enorme satisfação que encaminhamos para apreciação deste Plenário o presente Projeto de Lei, que DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA PRÁTICA DE MAUS-TRATOS CONTRA ANIMAIS DOMÉSTICOS E/OU DOMESTICADOS, SILVESTRES, NATIVOS OU EXÓTICOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS, E ADÉQUA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL À LEI FEDERAL Nº 9.605/98, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A defesa dos animais é um dever ético e constitucional. O artigo 225, §1º, inciso VII, da Constituição Federal, estabelece ser obrigação do Poder Público proteger a fauna, vedando, na forma da Lei, as práticas que submetam os animais à crueldade. Nesse sentido, o presente Projeto busca estabelecer, no âmbito municipal, normas claras para coibir práticas abusivas e garantir o bem-estar animal.

É amplamente reconhecido que o abandono e os maus-tratos aos animais são problemas recorrentes em muitos municípios brasileiros, exigindo do poder público uma atuação mais efetiva e articulada com a sociedade civil, ONGs, protetores independentes e demais órgãos de fiscalização.

Além disso, o Projeto prevê medidas educativas, fiscalizatórias e punitivas, criando um marco legal local para proteção dos animais, com sanções administrativas que complementam as previstas em nível Federal, contribuindo para uma cultura de respeito à vida e à dignidade animal.

A aprovação desta proposta representa um avanço civilizatório para o Município de São Mateus, alinhando-o com os princípios da proteção ambiental e da responsabilidade social.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres Vereadores para a aprovação deste Projeto, certos de que a matéria reflete os anseios da população por uma cidade mais humana, justa e comprometida com o bem-estar de todos os seres vivos.

Palácio Legislativo Matheus Cunha Fundão, aos dezesseis (16) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e vinte cinco (2025).



WAN BORGES
Vereador